



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1635 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 09 - Trabalho e Educação

Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017): Posição da produção acadêmica  
Renan dos Santos Sperandio - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
Marcelo Lima - não

O presente trabalho visa analisar a contribuição da produção acadêmica recente sobre a reforma do ensino médio estabelecida pelas Lei 13.415/2017. A partir da análise bibliográfica qualitativa nos primeiros periódicos da educação a tratar do tema no ano de 2017, identificamos como principais categorias de análise: Contexto Político e econômico; Antecedentes da reforma; Interesses de Classe; Dualidade Educacional e Social; Gastos e investimentos; Esvaziamento e Flexibilização Curricular; Precarização da Docência; Avaliação de Larga Escala; Mercado de Trabalho; Mercado da Educação; Viabilidade e Implementação; Comparações Internacionais. Ao utilizarem essas categorias de análise, a quase totalidade dos autores consideram que a reforma do Ensino Médio, apesar de sinalizar para a superação dos índices negativos (fluxo escolar e desempenho) desta etapa escolar, se constitui numa ameaça ao direito universal dos jovens brasileiros a cursarem o mesmo currículo prescrito para o Ensino Médio, e que sua implementação além de servir a interesses empresariais, reacionários e gerencialistas pode vir a aumentar o fosso social e educacional existente entre os estudantes em função de sua condição econômica, geográfica e cultural.

## Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017): Posição da produção acadêmica

### Resumo

O presente trabalho visa analisar a contribuição da produção acadêmica recente sobre a reforma do ensino médio estabelecida pelas leis nº 13.415. A partir da análise bibliográfica qualitativa nos primeiros periódicos da educação a tratar do tema no ano de 2017, identificamos como principais categorias de análise: Contexto Político e econômico; Antecedentes da reforma; Interesses de Classe; Dualidade Educacional e Social; Gastos e investimento; Esvaziamento e flexibilização Curricular; Precarização da Docência; Avaliação de larga escala; Mercado de trabalho; Mercado da educação; Viabilidade e Implementação; Comparações internacionais. Ao utilizarem essas categorias de análise a quase totalidade dos autores consideram que a reforma do Ensino Médio, apesar de sinalizar para superação dos índices negativos (fluxo escolar e desempenho) desta etapa escolar, se constitui numa ameaça ao direito universal dos jovens brasileiros a cursarem o mesmo currículo prescrito para o ensino médio, e que sua implementação além de servir a interesses empresarias, reacionários e gerencialistas pode vir a aumentar o fosso social e educacional existente entre os estudantes em função de sua condição econômica, geográfica e cultural.

Palavras-Chave: Reforma do Ensino Médio; Ensino Médio em Tempo Integral; Lei 13.415/2017

### Introdução

No dia 31 de Agosto de 2016, o senado reafirmava o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), alegando crime de responsabilidade fiscal. Os discursos dos grupos neoconservadores e neoliberais num contexto mais amplo de crise do capital colocaram em cena os limites da coalizão antes construída pelos governos do PT. O governo de Temer prometendo a reversão da crise vigente, impõe em coesão com o parlamento, medidas profundas de ajustes para dar mais previsibilidade ao processo de acumulação capitalista. Destacam-se as medidas de restrição orçamentária (DRU e EC nº 95) e a reforma do ensino médio.

Viabilizado pela aceleração do processo legislativo por meio de uma Medida Provisória amplamente apoiada pelos parlamentares que deram sustentação ao golpe, foi aprovada a reforma do Ensino Médio. Essa mudança institucional da educação se propôs a reestruturar a última etapa da educação básica. A justificativa para sua implementação teve como um de seus argumentos de que haveria enorme desinteresse dos jovens em frequentar um tipo de ensino cujos métodos, sequências, conteúdos e duração deveriam ser readequados no sentido de sua atualização, o que seria garantido por um processo de flexibilização e redução do currículo prescrito por meio de uma inovação curricular de cunho digital-interdisciplinar e sócio-emocional.

Educadores e pesquisadores em coro com as reações céticas e críticas de vários coletivos (Anped, Anpae, Cedes, etc) por meio de uma produção acadêmica emergente informaram suas posições destacando aspectos negativos endógenos que devem afetar o funcionamento e a constituição interna ensino médio, bem como aspectos exógenos que se relacionam com a origem e as consequências mais amplas da implementação desta contrarreforma.

Para tanto consideramos aspectos exógenos (extra-escolares) aqueles elementos ligados à totalidade histórico-econômico-social e aspectos endógenos (intra-escolares) aqueles elementos da particularidade pedagógica-curricular-educacional do ensino médio. Nesse sentido por essa classificação identificamos que os autores e textos que abordaram a temática por meio das categorias: Contexto Político e econômico; Antecedentes da reforma; Interesses de Classe; Mercado de trabalho; Viabilidade e Implementação, focalizaram mais a totalidade que envolve e dá origem a reforma. E os autores e textos que utilizaram os conceitos de Esvaziamento e flexibilização Curricular; Precarização da Docência; Avaliação de larga escala; Mercado da educação; Comparações Internacionais, preocuparam-se mais com a estrutura interna desta etapa de ensino. Além disso, os autores e textos que analisaram a mesma questão por meio dos conceitos de Dualidade Educacional e Social; Gastos e investimento situaram-se na interface entre totalidade e particularidade.

### **Reforma do Ensino Médio: Estudo bibliográfico sobre o processo que resultou na Lei 13.415/2017**

Com o intuito de analisar as mudanças no Ensino Médio, realizamos uma pesquisa bibliográfica, levantando a contribuição da produção acadêmica nos primeiros periódicos da educação a tratar do tema nos anos de 2016-2017. Desta pesquisa encontramos 24 publicações que dialogam com esta temática; sendo eles: "Holos"; "Geodiálogos"; "Educação e Sociedade"; "Germinal Marxismo e Educação e Debate"; "Retratos da Escola"; "Boletim Técnico SENAC"; "Movimento Revista de Educação; HISTEDBR". O levantamento encontrou os trabalhos de: AMARAL, (2017); ARELARO (2017); SILVA. (2017); CUNHA. (2017); DUARTE e; DERISSO (2017); FERREIRA e SILVA (2017); FERRETI (2017); FERRETI (2017); FRIGOTTO (2016); GONÇALVES (2017); KRAWCYK e FERRETI (2017); KUENZER (2017); LEHER (2017); LINO (2017); MAUES (2017); MELO (2017); MOLL (2017); MORAES (2017); MOTTA (2017); MOURA (2017); ORSO (2017); RAMOS (2016) SILVA (2017); SIMÕES (2017).

Para abordar esse conjunto de textos optamos por destacar alguns trabalhos que utilizaram categorias de análise que julgamos serem mais relevantes para a compreensão do tema. Sendo assim, estudamos os textos que problematizaram a reforma do ensino médio com base em doze categorias analíticas classificadas como externas (exógenas) e internas (endógenas) ao objeto de estudo.

Em relação aos aspectos exógenos explicitados pelas categorizações identificadas, destacam-se os textos e autores: Ferreti e Silva (2017); Frigotto (2016); Ramos e Frigotto (2016); Silva (2017); Duarte e Derisso (2017) e Lino (2017).

Ferreti e Silva (2017) afirmam que o impeachment foi um processo conturbado e carregado de dúvidas sobre sua legalidade e legitimidade o que leva a ser chamado de golpe, tal contexto deu origem a reforma em tela cuja legitimidade também deve ser questionada (Contexto político e Econômico).

Lino (2017) também observa que tais mudanças se deram por meio de Medida Provisória, o que caracteriza uma forma autoritária de legislar, ignorando as discussões anteriores e aquelas que já vinham em andamento no Brasil apontando outros caminhos para uma reestruturação da última etapa da educação básica, que não essa imposta pelo governo Temer (Contexto político e Econômico, Viabilidade e implementação).

Frigotto (2016), ao analisar a Lei 13.415/2017 em relação à outras reformas do passado, afirma que essa concepção de educação se assemelha àquela proposta por Destutt de Tracy, segundo a qual uma escola rica em conhecimento e cultura se adequaria aos que possuíam muito tempo livre e uma rápida e pragmática escola para os que se destinavam ao trabalho. Deste modo, para o autor a reforma sancionada pelo presidente Temer, em pleno século XXI se assemelha com as concepções de educação que remetem ao Século XVIII (Antecedentes da reforma, Interesses de Classe).

Ramos e Frigotto (2016) afirmam que nos últimos cinquenta anos, os grandes grupos econômicos da indústria, comércio, serviços, capital financeiro e agronegócio construíram seus aparelhos de hegemonia na sociedade civil interferindo diretamente nas ações do Estado, e que após golpe de Estado seus ideais se tornaram políticas de governo que se expressa na Lei 13.415/2017 (Mercado de trabalho, Contexto Político e Econômico).

Silva (2017) afirma que as mudanças proporcionadas pela reforma vão modernizar a educação brasileira e que a escola será capaz de permitir aos jovens se prepararem para a vida (Mercado de trabalho).

Porém Duarte e Derisso (2017) afirmam que a reforma pretende formar jovens para um mercado cada vez mais sem oferta de emprego, com um número cada vez maior de desempregados (Mercado de trabalho).

Em relação aos aspectos endógenos explicitados pelas categorizações identificadas, destacam-se os textos e autores de: Gonçalves (2017); Lino (2017); Ramos e Frigotto, 2016; Melo e Souza (2017);

Segundo Gonçalves (2017), a escola de tempo integral proposta não apresenta uma visão de educação integral. Para ela o que está sendo proposto é a ampliação da jornada escolar diária para 7 horas concentrada em aulas, com uma visão produtivista da aprendizagem sem oportunizar uma formação diversificada aos jovens (Esvaziamento e Flexibilização Curricular).

Além disso, Ramos e Frigotto (2016) e Gonçalves (2017) entendem que a extensão da jornada escolar visaria, basicamente, o reforço da língua portuguesa e matemática, certamente para responder aos preceitos das avaliações internacionais. Seis trabalhos entendem que o impacto negativo da reforma é o de preparar os alunos apenas para as avaliações internacionais, fazendo das aulas "cursos preparatórios" para se sair bem nos testes de larga escala (Esvaziamento e Flexibilização Curricular; Avaliação de larga escala).

Ao abordar a questão curricular em outros países, Silva (2017) afirmou que o modelo de Ensino Médio que tínhamos era um modelo falido que não existe em grande parte do mundo. Porém, Moraes (2017) mostra que na Finlândia as escolas são em sua maioria públicas, com um orçamento bem maior que o proposto para o Brasil, e as avaliações servem para informar aos professores sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico, e não para justificar, punir ou recompensar os alunos, escolas ou os próprios docentes (Esvaziamento e Flexibilização Curricular; Comparações Internacionais).

Lino (2017) também chama a atenção para a precarização da docência que a reforma do Ensino Médio vai trazer. Segundo a autora, a Lei 13.415/2017 desvaloriza o magistério, e pior, reduz o direito a educação, comprometendo os processos de formação dos jovens e a atuação dos profissionais da educação. Segundo ela a "reforma" impacta diretamente a carreira dos profissionais da educação, pois traz a possibilidade de redução de postos de trabalho na rede privada e de vagas para concursos nas redes públicas, tendo em vista que um conjunto de disciplinas não serão mais de oferta obrigatória e outras podem ser ministradas por outros profissionais não docentes (Precarização da Docência).

Já Melo e Souza (2017) observam que a contrarreforma do Ensino Médio vai permitir a intensificação de um mercado da educação, com empresas e organizações que utilizarão do espaço escolar como excelentes redutos lucrativos (Mercado da Educação).

Feita a análise dos aspectos exógenos e endógenos, passamos a analisar o que os autores e textos elaboraram, com base na interface entre a totalidade e particularidade dos aspectos elencados.

Gonçalves (2017) afirma que a reestruturação proposta para a última etapa educacional poderá aumentar as desigualdades sociais e culturais do país, com as escolas privadas ofertando o maior número de itinerários e as escolas públicas que poderão ter apenas um (Dualidade social e Educacional, Esvaziamento e flexibilização Curricular).

Para Duarte e Derisso (2017), a EC 95 que limita por 20 anos a elevação dos gastos públicos ao índice oficial da inflação deve inviabilizar a aplicação da própria reforma do Ensino Médio (Gastos e investimentos).

A partir das categorias observadas tendo em vista as análises das produções acadêmicas, constatamos que apesar da campanha governamental em defesa da reforma e que ela traria melhorias capazes de sanar os problemas do Ensino Médio, tais mudanças curriculares e de carga horária, não encontram respaldo em muitas das elaborações que vinham sendo discutidas pelos inúmeros pesquisadores do campo educacional.

Segunda essa produção, a forma autoritária de implementação com uso de recurso para fins emergenciais acaba favorecendo apenas a interesses de um determinado setor da sociedade, ignorando as proposições de pais, alunos, docentes e pesquisadores reconhecidos internacionalmente que discutem a temática da educação e do Ensino Médio.

Apesar de concordarem com as mazelas do ensino médio que deram base ao discurso justificador da reforma, os pesquisadores apontam para enorme complexidade do tema que não se resolverá por meio de um dispositivo legal, visto que é preciso construir um projeto coletivo, que integre as várias vozes que compõem a comunidade acadêmica e escolar e que aponte para maior investimento no ensino médio. Ou seja, uma educação a serviço da emancipação social e que supere a histórica dualidade social e educacional.

## **Conclusão**

A referida pesquisa buscou a partir do levantamento da produção acadêmica, analisar as novas proposições do governo atual para o Ensino Médio. Fazendo uma busca nos principais bancos de dados, sistematizando os fatores que perpassam a reforma do Ensino Médio, as análises, e o número de produções científicas que caminhavam numa determinada direção de compreensão da realidade, foi possível ter uma visão ampla dos percursos e elementos que compõem a reforma do Ensino Médio, expressa na Lei nº 13.415/2017.

A contradição entre o que se tem produzido de material acadêmico e o que o governo propõe, nos leva ao questionamento da eficácia de uma reforma que sequer ouve os grupos que a anos vem debatendo e estudando sobre o Ensino Médio e toda a Educação Básica. Se, como afirma Silva (2017), a Medida Provisória seria resultado de um debate que perdura a mais de 20 anos, fica a pergunta: Onde estão as elaborações dos estudantes, professores, servidores públicos, acadêmicos na lei nº 13.415/2017? Ao olharmos para esta proposição é possível identificar uma pedagogia de um só grupo, que nada tem a ver com um projeto de educação pública de qualidade, e para todos.

A partir das categorias de análise, podemos afirmar que a quase totalidade dos autores consideram que a reforma do Ensino Médio, apesar de sinalizar para superação dos índices negativos (fluxo escolar e desempenho) desta etapa escolar, se constitui numa ameaça ao direito universal dos jovens brasileiros a cursarem o mesmo currículo prescrito

para o ensino médio, e que sua implementação além de servir a interesses empresariais, reacionários e gerencialistas pode vir a aumentar o fosso social e educacional existente entre os estudantes em função de sua condição econômica, geográfica e cultural.

### Referência Bibliográfica

AMARAL, Nelson Cardoso. O “novo” ensino médio e o PNE: haverá recursos para essa política? Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 91-108, jan./jun. 2017

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas. Entrevista. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 11-17, jan./jun. 2017

BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Publicado no DOU de 17.2.2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)> Acesso em 20/10/2017

BRASIL. MP nº 746 de 22 de setembro de 2016. Publicado no D.O.U de 23/09/2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm)> Acesso em 20/10/2017

CUNHA. Luis Antônio. Ensino Médio: Atalho para o passado. Educ. Soc. vol.38 nº.139 Campinas abr./jun. 2017

DUARTE, Rita de Cássia; DERISSO, José Luis. A Reforma Neoliberal do Ensino Médio e a gradual descaracterização da Escola. Revista Germinal Marxismo e Educação em Debate. V.9, nº 2, 2017.

FERREIRA, Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro. Centralidade do Ensino Médio no contexto da nova “ordem e progresso” Educ. Soc. vol.38 no.139 Campinas abr./jun. 2017

FERRETI, Celso João. Reformulações do Ensino Médio. Revista Holos, Ano 32, Vol. 6, p.71-91. 2017

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. Educ. Soc. vol.38 nº.139 Campinas abr./jun. 2017.

FONSECA, José João Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. Movimento Revista de educação, n. 5, 2016

GONÇALVES, Suzane da Rocha. Interesses Mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017

KRAWCYK, Nora; FERRETI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e Escola: A flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de Acumulação Flexível. Educ. Soc. vol.38 no.139 Campinas abr./jun. 2017.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. Educação e Mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p.14-24, abr. 2017.

LINO, Lucila Augusta. As ameaças da reforma: Desqualificação e exclusão. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017

MAUES. Olgaíses Cabal. Crítica da Política Educacional. (Entrevista).Germinal: Marxismo e Educação em/10/2017 Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 276-283, abr. 2017.

MELO, Adriana Almeida Sales; SOUSA, Flávio Bezerra de. A Agenda do mercado e a educação do Governo Temer. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p.14-24, abr. 2017

MOLL, Jaqueline. Reformar para retardar. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 61-74, jan./jun. 2017.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ensino Médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia. Educ. Soc. vol.38 no.139 Campinas abr./jun. 2017

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). Educ. Soc. vol.38 no.139 Campinas abr./jun. 2017

MOURA, Dante Henrique; LIMA, Domingos Leite Lima. A reforma do ensino médio: Regressão de direitos sociais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

ORSO, Paulino José. A Educação em Tempos de Golpe, ou então, como avançar andando para trás. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-71, abr. 2017.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. Revista HISTEDBR On-line, v. 16, n. 70, p. 30-48, 2016

SILVA, Mônica Ribeiro da; SCHEIDE, Leda. Reforma do Ensino Médio: Pragmatismo e lógica mercantil. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017

SILVA. Rossieli Soares. A Reforma do Ensino Médio. B. Téc. Senac, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p. 274-282, jan./abr. 2017.

SIMÕES, Willian. O lugar das ciências humanas na "reforma" do Ensino Médio. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 45-59, jan./jun. 2017.